

Congresso ataca aumento do IR

CÉSAR FELÍCIO E SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA - O aumento do imposto de renda das pessoas físicas, um dos principais pontos do pacote fiscal divulgado ontem pelo governo, foi bombardeado pelas lideranças do PFL, PPB e PMDB no Congresso e corre sério risco de ser rejeitado. A tendência do Legislativo é aprovar o pacote, com mudanças na área tributária. O único apoio incondicional foi manifestado pelo PSDB, que em nota oficial deu seu apoio irrestrito.

As maiores críticas partiram do PFL. "O Congresso vai garantir os R\$ 20 bilhões, mas isto não significa que não haverá mudança", afirmou o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), acrescentando: "o governo não deveria alterar o Imposto de Ren-

da de Pessoa Física, mas descobrir novas fontes para arrecadar mais, como taxação de operações da bolsa, remessa de lucros, ou até um aumento ainda maior da taxa de embarque internacional", disse.

As críticas de ACM também foram feitas à forma pela qual o pacote foi apresentado. "Estas 50 medidas foram divulgadas apenas para impressionar o público externo. Só umas oito delas têm real valor", disse ACM. Para ele, algumas iniciativas não passam de "medidas administrativas de rotina", como por exemplo o descredenciamento de servidores aposentados que não fizeram o recadastramento. É incompetência manter estes inativos na folha de pagamento". O recadastramento do funcionalismo se encerrou em agosto.

Antônio Carlos Magalhães, disse que o Congresso irá adotar uma tramitação especial para 17 medidas provisórias e três projetos de lei que fazem parte do pacote fiscal lançado ontem pelo governo. "Vamos trabalhar para que tudo esteja votado até o final de dezembro", afirmou.

De acordo com ACM, serão criadas apenas três ou quatro comissões mistas para a análise de todas as medidas provisórias. A norma regimental do Congresso é que cada MP tenha uma comissão para fazer um projeto de conversão ou aprovar o texto original. "Isto é facilmente contornável, e tenho certeza que terei a concordância do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). Basta que as lideranças indiquem os mesmos integrantes para as várias comissões. Desta maneira, nominalmente existi-

riam 17 comissões, mas na prática, haveria no máximo quatro", afirmou ACM.

Além das medidas provisórias, o governo também pediu regime de urgência para três projetos: o da lei geral de saneamento, que está no Senado, o de lavagem de dinheiro, na Câmara, e o de revisão da legislação das contribuições sociais, também na Câmara.

A articulação entre o Executivo e o Legislativo para a aprovação do pacote já começou. Na manhã de ontem, os líderes do governo no Congresso se reuniram com o vice-presidente Marco Maciel no Palácio do Jaburu. Antônio Carlos Magalhães almoçou junto com o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Pedro Parente. "Saí convencido do acerto da maioria das medidas", comentou o senador.

Evandro Teixeira



A economista Maria da Conceição Tavares é uma das que condenou o pacote: "É irresponsabilidade e canalhice tirar o dinheiro de velhinhos para premiar os especuladores"